3 - Reflexões acerca do ensino de língua portuguesa

dimensão argumentativa do discurso citado

Eduardo Lopes Piris

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PIRIS, E. L. Reflexões acerca do ensino de língua portuguesa: dimensão argumentativa do discurso citado. In: AZEVEDO, I. C. M., ed. *Práticas dialógicas de linguagem: possibilidades para o ensino de língua portuguesa* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2018, pp. 59-81. ISBN: 978-85-7455-494-5. <https://doi.org/10.7476/9788574554945.0003>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

3

REFLEXÕES ACERCA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DIMENSÃO ARGUMENTATIVA DO DISCURSO CITADO¹

Eduardo Lopes Piris²

Universidade Estadual de Santa Cruz

Introdução

Há muito tempo que as gramáticas normativas, os livros didáticos de português e, conseqüentemente, os professores vêm limitando a noção de discurso citado ao nível morfológico e sintático, em detrimento de seu funcionamento no processo discursivo.

A esse respeito, é possível observar que, de modo geral, os materiais didáticos propõem exercícios de transformação, em que o aluno deve reescrever frases que estão em discurso direto para frases em discurso indireto, e vice-versa. Nesse tipo de exercício, espera-se que o estudante mobilize conhecimentos acerca das

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada e publicada, em 2007, nos Anais do V Seminário Nacional sobre Linguagem e Ensino (SENALE), com o título “O ensino do discurso citado como recurso argumentativo”. Neste momento, retomaremos a discussão, acrescentando novos aportes.

2 Docente da área de Linguística e Língua Portuguesa, da Licenciatura em Letras, e do Programa de Pós-Graduação em Letras e do PROFLETRAS da UESC. Líder do Grupo de Pesquisas “Estudos sobre Linguagem, Argumentação e Discurso” (ELAD/CNPq) e editor da Revista EID&A. E-mail: <elpiris@uesc.br>.

marcas linguísticas das categorias de pessoa (pronome, desinência número-pessoal), de tempo (advérbio de tempo, desinência modo-temporal) e de espaço (advérbio de lugar), bem como do uso dos recursos que indicam as fronteiras entre a voz de quem cita e a voz de quem é citado (conjunção “que”, verbo *dicendi* e sinais gráficos como dois-pontos, travessão, aspas).

Esse tipo de exercício escolar é um exemplo de prática pedagógica que se preocupa somente com o aspecto morfológico e com o aspecto sintático do discurso citado, preterindo a reflexão acerca dos diferentes efeitos de sentido que podem ser produzidos em decorrência do uso de uma ou de outra forma linguística numa determinada produção textual. Assim, dissociada do uso da linguagem concretamente experimentado, pelo estudante, a repetição em série de exercícios de transformação leva o estudante, no máximo, a inculcar os mecanismos linguísticos do discurso citado.

Nesse contexto, é pertinente questionar se esse tipo de atividade favorece o aprimoramento dos conhecimentos do estudante no que se refere às práticas sociais de leitura, escrita e oralidade. De partida, é possível apontar que um dos prejuízos decorrentes dessa prática de ensino é o embotamento das capacidades de leitura do estudante, sobretudo no que tange à identificação dos pontos de vista e dos posicionamentos ideológicos presentes no texto.

Ora, se considerarmos o pressuposto teórico de que o discurso citado é a representação da enunciação de um discurso por um outro discurso (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2002, p. 144), veremos que tais atividades não são suficientes para atingir esses objetivos, uma vez que o uso das formas do discurso citado está intrinsecamente associado aos processos de produção e circulação dos discursos, e não à realização de exercícios gramaticais meramente mecanicistas.

A prática de ensino de linguagem que observa somente o aspecto morfosintático do discurso citado, além de negligenciar o postulado bakhtiniano do princípio dialógico, perde a oportunidade de promover a análise da língua articulada com o uso concreto

da linguagem, tais como as práticas de escuta de textos orais e de leitura de textos escritos, bem como as práticas de produção de textos orais e escritos (GERALDI, 1991; 2002 [1984]). De partida, podemos inferir que um dentre os vários prejuízos decorrentes dessa prática de ensino consiste na redução das chances de o estudante poder apreender os discursos alheios que atravessam e constituem o texto e, assim, os posicionamentos ideológicos e as intencionalidades relacionadas à sua autoria, impactando negativamente no desenvolvimento da compreensão leitora do estudante.

Ademais, o estudo do discurso citado deve, ainda, levar em conta a relação entre o discurso citante e discurso citado, integrando-a na construção do discurso, pois é por meio desse jogo enunciativo que se constrói a argumentatividade do discurso, ou seja, os efeitos de sentido que projetam certas conclusões e não outras na interação entre autor e leitor. Revela-se, portanto, a relevância de abordar o aspecto argumentativo do discurso citado durante as práticas de ensino de linguagem, propiciando ao estudante desenvolver não apenas a sua capacidade de reconhecer e recusar pontos de vista, mas também a de trabalhar sua opinião nas mais variadas situações comunicativas.

Desse modo, para ilustrar o funcionamento do discurso citado na construção da argumentação no discurso, apresentaremos nossa análise de três textos publicados pelo jornal *Folha de São Paulo* (FSP) pouco antes do segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2006. Nessa análise, pretendemos mostrar até que ponto o discurso citado pode ser explorado pelas práticas de linguagem na escola como um recurso linguístico e discursivo que desempenha notável papel na construção de sentido dos textos. A partir desse dado, contrapomos essa exploração do discurso citado àquela proposta pelos livros didáticos, examinando o tratamento didático que quatro coleções aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2008) dispensam ao discurso citado.

A noção de discurso citado

A noção de discurso citado corresponde às formas linguísticas de representação do discurso alheio, ou seja, a representação do discurso de um enunciador distinto daquele que é responsável pela enunciação do discurso. Nos termos de Bakhtin/Volochínov (2002 [1929], p. 144), “o discurso citado é o discurso no discurso, um discurso sobre o discurso”. Consoante o teórico russo, Authier-Re-vuz (1990, p. 25-26) entende que o discurso citado – ou discurso relatado, em sua terminologia – consiste em uma das formas da heterogeneidade mostrada do discurso, isto é, o conjunto de formas linguísticas que inscrevem o outro na sequência do discurso, representando de diferentes modos a negociação do sujeito com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso.

Além disso, outra questão relevante diz respeito ao contorno do discurso citado, pois, segundo Bakhtin/Volochínov (2002 [1929], p. 148), para compreender as formas do discurso citado é preciso considerar a “inter-relação entre o discurso narrativo e o discurso citado” e integrá-la na construção do enunciado. Não obstante, Fiorin (2002, p. 74) afirma que “o discurso citante não tem apenas a função de criar a situação de enunciação, mas também a de comentar os elementos concernentes a outra semiótica presentes no discurso verbal ou ainda os elementos relativos à oralidade”. Em suma, o estudo do discurso citado não se restringe à análise da inscrição do discurso alheio na superfície discursiva, pois não basta identificar quais discursos-outros são simulados pelo recurso do discurso citado, mas sim compreendê-los na relação com o discurso de quem faz as citações.

Por fim, é preciso destacar que o funcionamento do discurso citado está ligado às coerções dos gêneros discursivos e do contexto sócio-histórico, ou seja, as formas do discurso citado manifestam-se de modo variável de acordo com o gênero. Estamos dizendo isso porque, se os livros didáticos mostram que o discurso direto caracteriza-se graficamente pelo uso de dois-pontos e travessão, nos jornais, por exemplo, são encontradas ocorrências de discurso direto

com aspas e vírgula, com dois-pontos e aspas, sem aspas, etc., mas nem por isso deixam de ser formas de discurso direto. Ademais, uma fábula e uma reportagem de jornal apresentam formas distintas de representar o discurso alheio, bem como, em um debate político, a maneira e a finalidade de o mediador citar serão diferentes daquela dos debatedores. E tudo isso deve ser considerado em uma análise.

O discurso citado em três gêneros discursivos do jornal

Os textos que iremos examinar foram publicados pela FSP poucos dias antes da realização do segundo turno da eleição presidencial de 2006. São três gêneros discursivos jornalísticos distintos: um artigo de opinião, uma notícia e uma charge. Vale lembrar que o foco da análise incide sobre o discurso citado, uma vez que pretendemos mostrar o papel dessa noção discursiva na construção da argumentação, do posicionamento discursivo e do próprio discurso. E é por meio dessas análises que pretendemos apontar o tratamento didático muitas vezes insuficiente e equivocado dispensado ao discurso citado em sala de aula e pelo livro didático.

O discurso citado em um artigo de opinião

Basicamente, o artigo assinado de jornal é um gênero de discurso que se caracteriza por sua orientação argumentativa, pois sua finalidade primeira é a construção do ponto de vista do articulista sobre um assunto polêmico da ordem do dia que será oferecido à adesão do leitor do jornal. No artigo intitulado “Não vale o que está escrito” (Anexo 1), publicado pela FSP, em 27 de outubro de 2006, o articulista Clóvis Rossi (enquanto princípio de autoria) propõe uma comparação entre as promessas feitas por Lula em seu discurso de posse, em 2003, e o que ele chama de “fatos, quatro anos depois”. Passemos a desbastar o texto, para compreender de que maneira o discurso citado se apresenta como um recurso fundamental para a construção da adesão.

Do ponto de vista da organização textual, podemos notar que o referido artigo constrói sua opinião sobre o governo Lula, abordando a atuação do presidente nos campos da ética, da segurança e da política externa no continente sul-americano, em três blocos cuja estrutura se repete assim:

- No 1º parágrafo, o discurso narrativo do articulista prepara o discurso citado do enunciador “Lula”;
- No 2º parágrafo, inscreve-se no fio discursivo do artigo o discurso citado do enunciador “Lula”;
- No 3º parágrafo, o discurso narrativo do articulista e o discurso citado, inscrito na forma de discurso indireto e de ilhas textuais, atribuem apreciações valorativas sobre o discurso citado do enunciador “Lula”.

No que tange à inter-relação entre discurso narrativo e discurso citado, observamos que os recursos linguísticos e os discursos mobilizados na construção das apreciações valorativas do discurso do articulista sobre o discurso de Lula reproduzem a retórica do neutro, como se dissesse que “isto não é minha opinião, são os fatos”, porque:

- No 1º parágrafo, a preparação do discurso citado é aparentemente imparcial, pois não há ocorrência explícita de modalizadores, adjetivos ou advérbios que manifestariam uma apreciação prévia (positiva ou negativa) do articulista em relação ao discurso de Lula;
- No 2º parágrafo, a citação compreende um parágrafo inteiro, sem marcas de edição, sem comentários ou algo que indicie a presença do ponto de vista do articulista;
- No 3º parágrafo, a avaliação do discurso citado é introduzida sempre pela mesma expressão “Dos fatos, quatro anos depois”, deixando entrever que o articulista está mostrando não sua opinião subjetiva sobre a situação política, mas sim somente os fatos que comprovam que o presidente não cumpriu suas promessas feitas no discurso de posse.

No que diz respeito à negociação de vozes, ou seja, como o discurso do articulista negocia com as vozes do discurso citado que são inscritas no fio discursivo do artigo, destacamos a construção de duas estratégias distintas.

Primeiramente, constrói-se a estratégia de afastamento e de não identificação entre a voz do articulista e a de Lula, por meio da citação, em discurso direto, de trechos do discurso de posse, simulando a própria enunciação do sujeito “Lula”. Produz-se a impressão de que é o próprio Lula quem está enunciando, sendo que se trata de uma simulação do discurso político feita no e pelo discurso jornalístico.

Posteriormente, constrói-se a estratégia de refutação ao discurso de Lula. Por meio da repetição da expressão “Dos fatos, quatro anos depois: [enunciado]”, o artigo de opinião produz o efeito de evidência, assim o que é do âmbito da opinião e do verossímil passa ao domínio do incontestável, pois, como se diz, “contra fatos, não há argumentos”. Desse modo, os três enunciados construídos como fatos promovem: no primeiro bloco, o diálogo consensual entre a voz do articulista e a do procurador-geral da República, para refutar a voz de Lula; no segundo bloco, o diálogo controverso entre a voz do jornal e a de Lula, para reafirmar o discurso refutatório; no terceiro bloco, o diálogo consensual entre a voz do articulista e a voz da opinião pública que reverbera dialogicamente o discurso da imprensa, para, enfim, dissuadir o leitor de acreditar no discurso de Lula.

É interessante observar como, no segundo bloco, a citação ao discurso do procurador-geral da República em forma de ilha textual inscreve um discurso de autoridade no mesmo sistema dêitico do discurso do articulista, ou seja, não há fronteiras marcadas entre a enunciação do articulista e a enunciação do procurador-geral da República, o que cria um efeito de diluição dessas duas vozes num mesmo discurso, para construção da estratégia de aproximação e identificação entre discursos.

De modo geral, podemos dizer que esse artigo de opinião projeta no leitor a impressão de que o articulista é imparcial e neutro e que está somente olhando para os fatos e comparando-os com

as promessas do presidente, para concluir que ele não as cumpriu. No entanto, considerando que a finalidade do gênero “artigo de opinião” é construir argumentos que conquistem a adesão do leitor a um certo posicionamento ideológico, é possível afirmar que o artigo, publicado na antevéspera do segundo turno da eleição presidencial, convida o leitor a, no mínimo, não votar em Lula. Publicado em outro contexto sócio-histórico, o artigo poderia ser interpretado apenas como uma crítica aos governantes que não cumprem promessas.

O discurso citado em uma notícia de jornal

O episódio chamado “crise do dossiê” ou “dossiegate” teve como uma das personagens o delegado da Polícia Federal Edmilson Pereira Bruno, que entregou a uma emissora de televisão fotos referentes à apreensão da quantia de um milhão e setecentos mil reais em dinheiro que seria usado por militantes do PT para a compra de um suposto dossiê contra dois candidatos do PSDB. O delegado foi afastado de suas funções, para que se investigasse se ele cometeu crime ou se agiu em interesse público.

Vale frisar que o nosso objetivo não é questionar se o referido delegado cometeu ou não cometeu crime, mas sim como o discurso do jornal FSP produziu sentidos sobre essa polêmica, observando de que maneira as formas do discurso citado participam do mecanismo argumentativo desse discurso jornalístico. Desse modo, passemos à análise do exemplo da notícia intitulada “Justiça arquiva inquérito sobre vazamento de fotos” (Anexo 2), publicada em 28 de outubro de 2006.

Diferentemente do artigo assinado, a notícia não tem a característica explícita de construir uma opinião sobre um determinado assunto, pois ela visa a expor e a narrar um fato de forma objetiva e imparcial, considerando que objetividade e imparcialidade são efeitos de sentido construídos no e pelo discurso, os quais são traços constituintes do discurso jornalístico.

Como a polêmica caracteriza-se pela disputa de sentidos entre posicionamentos ideológicos distintos, o discurso jornalístico,

sob a égide da imparcialidade, configura-se como o espaço agenciador da pluralidade das vozes sociais, para que o leitor possa tirar suas próprias conclusões. No entanto, não é sem razão que certas matérias jornalísticas são acusadas de tendenciosas. Isso pode ser comprovado, por exemplo, observando-se o uso do discurso citado.

Na notícia “Justiça arquiva inquérito sobre vazamento de fotos”, há seis ocorrências de discurso citado, as quais simulam a enunciação dos discursos do “Ministério Público Federal de São Paulo” e da “Procuradoria da República”. Elaboramos o Quadro 1 para mostrar como o uso do discurso citado nessa notícia faz parecer que são o Ministério Público e a Procuradoria da República que estão enunciando:

Parágrafo	Enunciado
Segundo	Para o Ministério Público Federal de São Paulo, [...], não houve crime na atitude do delegado – ao contrário, a divulgação das imagens do dinheiro respeitou o interesse público à informação.
Quinto	Para o Ministério Público Federal, as fotos do dinheiro apreendido somente revelam que o dinheiro existe, o que não constitui fato sigiloso.
Sexto	O Órgão informou ainda que não surgiu nenhuma prova de que o delegado Bruno tenha recebido vantagem indevida pela divulgação das fotos.
Sétimo	A Procuradoria da República argumentou que a conduta padrão da própria Polícia Federal sempre foi a de divulgar amplamente as operações realizadas e as prisões efetuadas, inclusive no caso do dossiê.
Oitavo	O Ministério Público Federal sustentou que a aplicação do sigilo decorre da proteção à intimidade, do interesse público, da segurança da sociedade e do Estado e do interesse social.
Nono	A Procuradoria disse que “qualquer outra limitação ao direito de informação somente pode ocorrer durante estado de sítio”.

As duas primeiras ocorrências de discurso citado se dão por meio da modalização em discurso segundo³, caracterizada por expressões como “Segundo o locutor, [discurso citado]”, “Para o locutor, [discurso citado]”, “De acordo com o locutor, [discurso citado]”,

3 Termo cunhado por Jacqueline Authier-Revuz (1998).

entre outras. Tais expressões servem para dar a aparência de que o enunciador não é o responsável pelo enunciado citado, uma vez que – reiteramos – trata-se da simulação da enunciação de um discurso alheio, e não do próprio discurso do outro em funcionamento.

Ainda do ponto de vista formal, identificamos, nos sétimo, oitavo e nono parágrafos, a ocorrência do discurso indireto. É interessante notar que, no nono parágrafo, o enunciado apresenta toda a estrutura enunciativa do discurso indireto, exceto o emprego de aspas, o que configura um discurso indireto com uma ilha textual.

Podemos notar, também, que as formas de discurso citado dessas seis ocorrências que destacamos, de algum modo, produzem um efeito de aproximação entre a enunciação do discurso narrativo e a enunciação do discurso citado, uma vez que as marcas enunciativas do discurso citado são englobadas pelas do discurso citante, em que a subjetividade deste prevalece sobre a daquele. Isso faz com que o enunciador FSP (por Lilian Christofoletti, da reportagem local) apareça como a única fonte responsável pela enunciação.

Podemos notar que, nessa notícia, o recurso do discurso citado dá voz a discursos que compartilham o mesmo posicionamento do jornal, a saber: “o delegado não cometeu crime”. No entanto, a voz que representa o outro lado da polêmica – a de quem acusou o delegado – é apenas mencionada no fio discursivo da notícia em seu terceiro parágrafo: “O inquérito criminal havia sido instaurado pela PF [Polícia Federal], que responsabilizou Bruno pelo crime de violação de sigilo profissional”. Trata-se de uma estratégia de apagamento da voz do discurso contrário ao da FSP.

Desse modo, é possível notar que a maneira como o discurso narrativo negocia sua própria subjetividade com os discursos citados revela o posicionamento discursivo do jornal FSP. Assim, podemos afirmar que a notícia, embora não seja um gênero discursivo prototipicamente argumentativo, constrói um discurso que orienta seu leitor à conclusão de que o delegado, além de não cometer crime, foi perseguido pelo comando da Polícia Federal e pelo Ministério da Justiça, pois ele estaria agindo contra a reeleição de Lula.

O discurso citado em uma charge

Em primeiro lugar, a charge é, além de um gênero de humor, um gênero de opinião, uma vez que invariavelmente produz discursos sobre fatos da esfera política, explicitando um posicionamento ideológico perante o fato abordado, e circula na mesma página dos artigos opinativos.

O título da charge, “Os tucanos exorcistas” (Anexo 3) alude a uma série de filmes que reverberam o discurso do exorcismo, em que padres esmeram-se para expulsar o demônio que possuiu o corpo de uma pessoa. Nessa relação dialógica, o discurso da charge reproduz uma paródia da representação destas três entidades: um possuído (objeto da disputa), um possuidor (sujeito que tomou posse indevida do objeto), um exorcista (sujeito que busca recuperar a posse do objeto). Vejamos como isso ocorre.

Assim, considerando o contexto sócio-histórico de produção da charge assinada por Angeli e publicada no jornal FSP, na antevéspera do segundo turno da eleição presidencial, podemos inferir que os exorcistas são homens vestidos com ternos azuis escuros, camisas brancas e gravatas, representando os políticos, no caso, do PSDB. À frente, com uma cruz na mão esquerda e a Bíblia na mão direita, o exorcista principal representa o candidato do PSDB à presidência, Geraldo Alckmin. E, logo atrás, podemos ver a representação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, enquanto que, ao fundo, há alguns outros correligionários segurando tochas e entoando em coro “*impeachment, impeachment*”, colaborando na prática do exorcismo. Ocupando o outro lado do quadro, estão representados o possuidor e o objeto possuído. A charge sugere que o presidente Lula (enrolado em um cobertor e amarrado por cordas a uma cama) tomou posse de um lugar (representado pela cama) e não quer sair de lá: por isso o exorcismo.

Quanto ao enunciado atribuído aos exorcistas “– *Saia que este lugar não te pertence!*”, podemos compreender, nesse contexto, que essa ocorrência de discurso citado, na forma de discurso direto, também trata de uma simulação do discurso alheio, porém não de

um enunciado concreto produzido outrora e alhures, mas de uma enunciação possível dentro do discurso do PSDB.

Desse modo, a forma do discurso citado que ocorre na charge de Angeli, diferentemente do artigo assinado e da notícia, não inscreve no fio discursivo uma voz de apoio que sustenta o seu ponto de vista ou uma voz contrária que seria refutada imediatamente, mas, ao contrário, o discurso alheio é alvo do humor do chargista. Trata-se de outro tipo de estratégia de polemização com o discurso do outro, que igualmente constrói a adesão do leitor ao seguinte posicionamento sobre a sucessão presidencial e a disputa pelo poder: o PSDB está demonizando Lula, porque acredita que sua eleição e sua reeleição foram financiadas com dinheiro de caixa dois, o que torna o presidente passível de *impeachment*.

O discurso citado em coleções didáticas aprovadas pelo PNLD/2008⁴

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que o nosso intuito aqui não é examinar nem avaliar os livros didáticos de língua portuguesa aprovados pelo PNLD 2008, mas apenas comentar a proposta de estudo do discurso citado que é apresentada por algumas coleções.

Assim, das vinte e quatro coleções aprovadas pelos pareceristas indicados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), apenas três coleções didáticas serão tomadas como amostra para este nosso trabalho:

4 O Plano Nacional do Livro Didático é um programa voltado para a distribuição de livros didáticos a alunos da rede pública de ensino. O PNLD é mantido pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com recursos financeiros do Orçamento Geral da União.

1. *Português: Ideias & Linguagens*, Dileta Delmanto e Maria da Conceição Castro;
2. *Olhe a língua!*, de Ana Luiza Marcondes Garcia e Maria Betânia Amoroso;
3. *Português: linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães.

Selecionamos essas três coleções para compor nossa amostragem, porque são obras publicadas por três grandes editoras – Saraiva, FTD e Atual, respectivamente – e têm grande aceitação entre os professores do ensino fundamental; logo, esses livros serão distribuídos aos alunos de todo o País, constituindo-se, muitas vezes, na única ferramenta de trabalho do professor em sala de aula.

Português: Ideias & Linguagens (DELMANTO e CASTRO)

A coleção aborda o discurso citado apenas no volume da sétima série, em sua unidade 3, seção “produção de texto”. Isso já indicia dois problemas: a coleção deixa de lado a sequenciação desse conteúdo e, ao tratá-lo apenas como recurso de escrita, não o explora na prática de leitura.

A obra contempla a leitura de dois textos narrativos, no entanto não explora o discurso citado na construção de sentido desses textos, que são empregados para exemplificar o aspecto formal do discurso citado, introduzindo o aluno no estudo desse recurso linguístico e discursivo de um modo muito mecanizado, sem que sua curiosidade seja provocada.

Os exercícios propostos reiteram a despreocupação da obra com o papel do discurso citado na construção do texto, pois sugere ao aluno que ele identifique a forma de discurso citado nas sentenças arroladas e as reescreva, passando-as do discurso direto para o discurso indireto e vice-versa.

Em suma, podemos dizer que essa coleção – ao menos no que diz respeito à abordagem do discurso citado – produz um material didático que se limita a meros exercícios de reescrita frasal,

deixando de explorar qualquer papel que o discurso citado possa desempenhar na construção do sentido do texto. Enfim, o que fica para o aluno é a mecanização de um recurso que poderia ser entendido em sua dimensão discursiva.

Olhe a linguagens! (GARCIA e AMOROSO)

Assim como a coleção anteriormente comentada, *Olhe a língua!* dedica atenção ao discurso citado em apenas um momento da obra: na unidade 4 do volume da sétima série. Preocupa-se em apontar as principais características formais do discurso direto e do discurso indireto: verbos de dizer, sinais de pontuação, pronomes, advérbios, entre outros. Como atividade, propõe a leitura de um trecho de *Os prisioneiros*, um conto de Rubem Fonseca, e um trecho de *No país do futebol*, uma crônica de Carlos Eduardo Novaes. Desconsiderando o prejuízo de que tais textos não são apresentados na íntegra, não há aí nenhuma sugestão de abordagem do mesmo, pois servem apenas de pretexto para os já conhecidos exercícios de reescrita frasal, tais como “passem o trecho a seguir para o discurso indireto”.

Não podemos deixar de reconhecer que esses exercícios contribuem de alguma forma para o desenvolvimento da competência linguística do aluno; no entanto, nossa crítica dirige-se à limitação do alcance desse tipo de atividade tão recorrente, que não colabora com a ampliação da competência discursiva do aluno.

Português: linguagens (CEREJA e MAGALHÃES)

Diferentemente das duas obras já comentadas, *Português: Linguagens* propõe o estudo do discurso citado em quatro momentos da coleção: dois no volume da sétima série e outros dois no da oitava série.

No primeiro momento, não aborda as formas do discurso citado (discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre, etc.), pois se preocupa em construir a noção de discurso citado. Sugere uma atividade de leitura orientada por perguntas que levem o aluno a refletir sobre a construção do sentido de um anúncio publicitário, em

que tal discurso é fundamental para sua compreensão. Menciona a importância do contexto na construção do texto e toca na questão do discurso, e aborda o discurso citado em linguagens não verbais. Propõe também exercícios de reescrita frasal, tomando como base uma anedota; porém, tais atividades são conduzidas de modo a questionar o aluno sobre a função do discurso direto e do discurso indireto na construção do texto.

No segundo momento, a obra concentra-se nos aspectos gramaticais que envolvem a questão do discurso citado, mostrando como o tempo verbal, o pronome e o advérbio se comportam no discurso direto e no discurso indireto. Em seguida, apresenta exercícios de identificação de formas do discurso citado e de reescrita frasal, mas faz isso de maneira menos mecanizada, porque se preocupa em associá-los ao gênero discursivo e ao sentido do texto tomado para estudo.

No terceiro momento, a coleção propõe o estudo do discurso citado em gêneros jornalísticos. Oferece, como prática de leitura, uma notícia sobre o roubo de um quadro de Portinari publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo*. As questões que orientam a leitura preocupam-se em mostrar ao aluno que aquele insere na notícia outras vozes que não somente a do narrador – que é o jornalista – e que tais vozes correspondem à opinião das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, no fato noticiado. É importante notar que esses exercícios também se interessam pelo discurso narrativo, mostrando ao aluno que a notícia expressa a opinião do jornal, sim, e que ela não é tão imparcial e objetiva quanto pretende ser.

No entanto, vale ressaltar que os autores desvelam essa retórica do neutro observando apenas as apreciações dispostas no discurso narrativo. E, como mostramos em nossas análises, mesmo os textos cujas expressões apreciativas estão escondidas, podem igualmente ter o seu posicionamento ideológico depreendido: basta que observemos a negociação que o discurso narrativo faz com o discurso citado, para construir o seu próprio discurso.

No quarto momento, a coleção trata do discurso indireto livre. Volta a abordar os textos narrativos ficcionais e conduz a interpretação

do texto com base nesse recurso, fazendo com que o aluno atente para as diferentes vozes que permeiam a construção do discurso e como tais vozes são distintamente manifestadas na superfície textual.

De um modo geral, *Português: Linguagens*, de Cereja e Magalhães, é, dentre as três coleções comentadas neste trabalho, a obra que mais tende a ampliar a competência discursiva do aluno. Entretanto, dentre todos os seus predicados, é preciso dizer que o tratamento que essa coleção dispensa ao discurso citado poderia ser mais amplo se contemplasse também a sua dimensão argumentativa, conforme mostramos em nossas análises. A coleção mostra, por exemplo, que o jornal emite, sim, sua opinião, todavia deixa de enfatizar para que lado essa opinião pende. Não se trata de induzir o estudante a aceitar ou recusar certos posicionamentos ideológicos, pois estamos diante de um processo de formação de opinião de um cidadão, mas sim de fazer com que o estudante reconheça tais posicionamentos manifestados nos e pelos textos.

Considerações finais

Ao analisar os três textos publicados pelo jornal FSP antes da eleição presidencial de 2006, tentamos mostrar as múltiplas possibilidades de funcionamento do mecanismo do discurso citado na construção da argumentação em diferentes gêneros discursivos, sobretudo os efeitos de sentido produzidos no processo de negociação do sujeito do discurso jornalístico com sua alteridade.

Esperamos que, neste exercício de análise, tenhamos conseguido ilustrar o leque de opções que o estudo das formas do discurso citado pode oferecer aos professores de língua portuguesa em suas práticas de ensino.

Ademais, podemos promover a protagonização estudantil e tornar a atividade de linguagem mais significativa para o aprendizado do estudante. O professor pode orientar seu aluno a levantar um fato ocorrido no ambiente escolar e a ouvir todos os lados envolvidos

nesse fato. Assim, ao recolher depoimentos e dialogar com pessoas dos mais diversos segmentos escolares, o estudante insere-se também em práticas de produção de textos orais.

Pensando, portanto, numa sequenciação de conteúdos, nossa sugestão é que a etapa seguinte desse trabalho pedagógico consistiria na prática de produção textual a partir do material construído oralmente pelo estudante. A produção textual estaria articulada à prática de análise da língua, na qual seriam estudadas as formas do discurso citado, de modo que o estudante possa se assumir como autor do texto jornalístico, negociando sua voz com as vozes que irão compor seu texto, buscando efeitos de sentido de objetividade, tentando ser imparcial, ainda que se construindo na ilusão da centralidade do sujeito. Assim, o jornal poderia ser o produto final do trabalho e circular no mural da escola, no papel, na internet.

Para concluir, pensemos num outro momento da escolarização. O estudante dos anos finais do ensino fundamental entra em contato intenso com os chamados textos dissertativo-argumentativos. Em nossa proposta, o professor tem a oportunidade de integrar esses estudantes no projeto do jornal e trabalhar com o artigo de opinião. Os estudantes podem opinar sobre as notícias que os seus colegas de outros anos produziram. De um ponto de vista mais amplo, tal atividade favorece a coesão do projeto e a integração das turmas da escola.

Para nós, essas são algumas possibilidades de trabalhar com o discurso citado na escola, considerando não apenas o seu aspecto morfossintático, mas sobretudo o discursivo e o argumentativo.

Quanto às coleções didáticas comentadas neste trabalho, pudemos ver que somente *Português: Linguagens*, de Cereja e Magalhães, considera o discurso citado em sua dimensão discursiva. Os seus exercícios de reescrita frasal são atividades de análise linguística que se associam às práticas de linguagem sugeridas no livro. Para nós, a única carência diz respeito à dimensão argumentativa do discurso citado, no sentido de que o discurso alheio está na constituição da identidade discursiva e também na construção dos efeitos de adesão do leitor a certos posicionamentos ideológicos.

Gostaríamos de concluir este trabalho, apresentando algumas sugestões de prática de ensino de linguagem que considere o discurso citado em suas dimensões argumentativa e discursiva.

Em linhas gerais, podemos dizer que o professor, já nos anos iniciais do Ensino Básico, tem trabalhado a diferença entre a voz do narrador e as vozes das personagens no interior da trama narrativa. No final das séries iniciais e no início das séries finais do ensino fundamental, temos conhecimento de que o professor vem expondo os estudantes aos gêneros do discurso jornalístico, dentre outros. Entendemos que essa é uma oportunidade de o professor, ao trabalhar com o gênero “notícia”, desenvolver uma prática de ensino que possibilite ao estudante a assunção da autoria de seus textos, permitindo que ele assuma o lugar do repórter jornalístico. Trata-se de o estudante experimentar uma prática de escrita em que ele enuncia a partir de um lugar social, ainda que seja uma prática de linguagem em situação comunicativa didatizada, porque não é uma prática de linguagem concretamente enunciada na esfera de atividade jornalística.

Anexo 1 – Não vale o que está escrito, Clóvis Rossi⁵

SÃO PAULO - Do discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, dia 1º de janeiro de 2003: “O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida brasileira”.

Dos fatos, quatro anos depois: o procurador-geral da República denuncia como “organização criminosa” e “quadrilha” um

5 crossi@uol.com.br

Fonte: Folha de S.Paulo, em 27 de outubro de 2006.

punhado de pessoas do governo Lula, de seu partido e de sua base de sustentação parlamentar.

Do discurso de posse de Lula, dia 1º de janeiro de 2003: “Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos. Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal, em parceria com os Estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. (...) Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença”. Dos fatos, quatro anos depois: você anda em paz nas ruas e praças “deste rincão da América”? Do mesmo discurso, ainda: “A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida”.

Dos fatos, quatro anos depois: caíram presidentes em penca, a prosperidade escapa à América do Sul e o conflito pelo gás com a Bolívia não parece ser propriamente demonstração de unidade, para não mencionar outras guerrinhas na vizinhança.

Anexo 2 – Justiça arquivo inquérito sobre vazamento de fotos

São Paulo, sábado, 28 de outubro de 2006 **FOLHA DE S.PAULO** **brasil**

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

ELEIÇÕES 2006 / CRISE DO DOSSIÊ

Justiça arquiva inquérito sobre vazamento de fotos

Procuradoria diz que delegado não violou sigilo, mas agiu em interesse público

Justiça acolheu argumento do Ministério Público, que considerou ainda não haver indício de que Bruno tenha ganho vantagem indevida

LILIAN CHRISTOFOLETTI

DA REPORTAGEM LOCAL

A Justiça mandou arquivar o inquérito que apurava a responsabilidade do delegado Edmilson Bruno pelo vazamento de fotos do dinheiro apreendido pela Polícia Federal no escândalo do dossiê -negociação articulada por petistas para a compra de documentos contra candidatos tucanos.

Para o Ministério Público Federal de São Paulo, que defendeu o arquivamento do inquérito, não houve crime na atitude do delegado ao contrário, a divulgação das imagens do dinheiro respeitou o interesse público à informação. A Justiça acolheu o entendimento da Procuradoria.

O inquérito criminal havia sido instaurado pela PF, que responsabilizou Bruno pelo crime de violação de sigilo profis-

sional. O comando da polícia e o Ministério da Justiça haviam proibido a divulgação das fotos para não prejudicar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à reeleição. Bruno vazou um CD com fotos do R\$ 1,7 milhão apreendido dois dias antes do primeiro turno eleitoral.

Para o Ministério Público Federal, as fotos do dinheiro apreendido somente revelam que o dinheiro existe, o que não constitui fato sigiloso. O órgão informou ainda que não surgiu nenhuma prova de que o delegado Bruno tenha recebido vantagem indevida pela divulgação das fotos

Transparência.

Ao defender o fim da investigação aberta contra o delegado Bruno, a Procuradoria da República argumentou que a conduta padrão da própria Polícia Federal sempre foi a de divulgar amplamente as operações realizadas e as prisões efetuadas, inclusive no caso do dossiê.

O Ministério Público Federal sustentou que a aplicação do sigilo decorre da proteção à intimidade, do interesse público, da segurança da sociedade e do Estado e do interesse social. Após afirmar que a divulgação das fotos não fere nenhuma das alternativas acima, a Procuradoria disse que “qualquer outra limitação ao direito de informação somente pode ocorrer durante estado de sítio”.

O Ministério Público Federal investiga ainda se o comando da Polícia Federal agiu para abafar a investigação do caso do dossiê.

Fonte: Folha de S.Paulo, 28 de outubro de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2810200627.htm>>. Acesso em: 25. fev. 2016

Anexo 3 – Os tucanos exorcistas, Angeli

Fonte: Folha de S. Paulo.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas: n.19, p.25-42, jul./dez.1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas: Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHÍNOV, V.N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 9. ed. São Paulo: Ed. Hucitec; Annablume, 2002 [1929].
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de português. In: _____ (Org.). **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002 [1984]. p. 59-79.
- Fontes**
- DELMANTO, Dileta; CASTRO, Maria da Conceição. **Português**: Ideias & Linguagens, 7ª série. 12. ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2005.
- GARCIA, Ana Luiza Marcondes; AMOROSO, Maria Betânia. **Olhe a língua!**: Língua Portuguesa, 7ª série. São Paulo: FTD, 1999.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: linguagens, 7ª série. 4. ed. São Paulo: Atual, 2006.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português**: linguagens, 8ª série. 4. ed. São Paulo: Atual, 2006a.